

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

Patrícia Ferreira Cassemiro

Visão Futuro: comunidade autogestionável

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2011

Patrícia Ferreira Cassemiro

Visão Futuro: comunidade autogestionável

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Carmen Maria Aguiar (orientador)

Prof^a Dr^a. Maria Bernadete Castro Oliveira

Porf^o. Dr. Prof. Dr. Mauro Gonçalves

Rio Claro, 20 de Dezembro de 2011.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus avós que infelizmente não puderam ver a sua conclusão; aos meus pais por me darem a vida e me ensinarem a viver com atitudes de amor e sabedoria; ao meu irmão e sobrinho por me darem felicidade; ao Lucas pelas risadas e broncas; aos meus amigos que vieram e foram, sobretudo aos que sempre estiveram, Lola e Jojô, aos meninos degusta, à Carmen por acreditar no ser humano e por fim a todos que de alguma forma se sintam contemplados.

SOCIEDADE ALTERNATIVA

Autores: Raul Seixas e Paulo Coelho

Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
(Viva! Viva!)
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
(Viva O Novo Eon!)
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
(Viva! Viva! Viva!)
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa...
Se eu quero e você quer
Tomar banho de chapéu
Ou esperar Papai Noel
Ou discutir Carlos Gardel
Então vá!
Faz o que tu queres
Pois é tudo
Da Lei! Da Lei!
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa...
"-Faz o que tu queres
Há de ser tudo da Lei"
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
"-Todo homem, toda mulher
É uma estrêla"
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa

Mas se eu quero e você quer
Tomar banho de chapéu
Ou discutir Carlos Gardel
Ou esperar Papai Noel
Então vá!
Faz o que tu queres
Pois é tudo
Da Lei! Da Lei!
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa...
"-O número 666
Chama-se Aleister Crowley"
Viva! Viva!
Viva! A Sociedade Alternativa
"-Faz o que tu queres
Há de ser tudo da lei"
Viva! Viva!
Viva! A Sociedade Alternativa
"-A Lei de Thelema"
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
"-A Lei do forte
Essa é a nossa lei
E a alegria do mundo"
Viva! Viva!
Viva A Sociedade Alternativa
(Viva! Viva! Viv

Resumo:

Ao longo do território brasileiro está a fomentar diversas comunidades auto-gestoras, que buscam uma nova forma de organização social por meio de práticas culturais e econômicas antagônicas a lógica do sistema capitalista.

Essas comunidades criam um estilo de vida da qual não estamos acostumados no contexto da vida moderna, estão voltados para uma maior preservação da natureza, para uma economia baseada na espiritualização e no intercâmbio cultural.

A peculiaridade dessas comunidades está em oferecer a mesma estrutura que uma cidade moderna: energia elétrica, vestuário, saneamento básico, alimentação dentre outros, dos quais o Estado já oferece, entretanto com meios alternativos. Para um estudo mais específico foi selecionada a comunidade Visão Futuro- Porangaba, interior de São Paulo.

Através deste estudo de caso, pensa-se em possibilitar uma melhor compreensão de como é possível dentro de um território nacional surgir uma comunidade que cria sua própria estrutura abarcada por práticas culturais e econômicas características e por fim entender quais são seus efeitos no espaço geográfico.

Abstract

Along of the Brazilian territory is to encourage a lot of self-management communities, seeking a new way of social organization through of cultural practices and economic antagonistic logic of the capitalist system.

These communities create a lifestyle which we are not used in the context of modern life, they are focused to a greater preservation of nature, to an economy based on spiritualization and cultural exchange.

The peculiarity of these communities is to offer the same structure as a modern city, electricity, clothing, basic sanitation, food among others, which the state already offers, but with alternative ways. For a more specific study was selected community-Porangaba Future Vision, São Paulo.

Through this case of study, it is thought to enable a better understanding of how it is possible within a country emerge a community that creates its own structure encompassed by cultural practices and economic characteristics and finally understanding what are the effects on the geographic area.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 Capítulo I.....	09
2.1 Localização e apresentação.....	09
2.2 Atividades sustentáveis.....	11
3. Capítulo II.....	22
3.1 Reflexões sobre o sistema de auto gestão.....	22
3.2 Pensando na comunidade.....	23
4 Capítulo III.....	32
4.1 Considerações gerais.....	32
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS.....	38
ANEXO A – Curso mensal de Biopsicologia.....	39
ANEXO B – Cursos e treinamento.....	40

Introdução

O atual projeto tem como objetivo observar e analisar criticamente o funcionamento da Comunidade Visão Futuro - Porangaba, São Paulo. Com o estudo dos aspectos da vida cotidiana, pretende-se alcançar a compreensão fundamental do modo como funciona a comunidade,

A pesquisa possui caráter qualitativo embasada numa revisão bibliográfica pertinente, bem como os procedimentos metodológicos são fundamentados na coleta de dados *'in loco'* e na observação participante.

A análise dos aspectos da vida cotidiana da comunidade, tal como, a organização das atividades culturais e de algumas práticas sustentáveis, viabilizam a reflexão e a percepção do espaço estudado, ao passo que permite compreender o modo como funciona a vida diária.

Partindo da premissa que atualmente existem diversas comunidades ditas autogestionáveis ao longo do território brasileiro, desperta a curiosidade em estudar esta realidade.

Em geral essas comunidades baseiam-se nos fundamentos básicos para a existência humana: alimentação, água, vestuário, moradia, educação, energia e medicina. Esses aparatos, o sistema capitalista dentro do espaço geográfico já proporciona, entretanto o que diferencia essas comunidades é a busca de possuí-las de maneira independente, sendo assim, aproximando-se de uma auto-suficiência. O trabalho visa verificar tais suposições, escolhendo para estudo específico, a Comunidade Visão Futuro

Através desse estudo de caso é possível uma melhor compreensão de como é possível dentro do território nacional surgir uma comunidade que cria sua própria estrutura abarcada por práticas culturais e econômicas características e por fim entender a repercussão aos demais lugares.

A questão que surge é se essas comunidades buscam essas alternativas por ideologias, por não acreditar e não se encaixar no atual sistema ou essas comunidades é frutos do atual sistema.

Capítulo I –

Neste capítulo será tratada a localização geográfica, o histórico e as atividades sustentáveis da comunidade Visão do Futuro.

Localização e apresentação.

A comunidade Visão do Futuro está localizada na cidade de Porangaba no interior do estado de São Paulo. Pertence a mesorregião de Itapetininga e a microrregião de Tatuí (IBGE-2010).



Figura 1: Localização da cidade de Porangaba. Fonte: www.ibge.gov.br

Trata-se de uma comunidade com 65 hectares de extensão, que propõe oferecer um modelo prático de uma vida social economicamente equilibrada, no qual procura promover o desenvolvimento integrado entre ser humano (físico, social, mental e espiritual) e o econômico.

A idéia de construir essa comunidade surgiu com a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (“Eco-92”), no Rio de

Janeiro, em 1992. A idéia se concretizou a partir de doações dos governos sueco e alemão (Agência Internacional de Desenvolvimento – SIDA) e a Fundação de Tecnologia Alternativa em Frankfurt, através do ONG Fundação Globetree, da Suécia.

A comunidade baseia-se na Bioeconomia, isto é, aplicar os princípios operacionais dos sistemas biológicos da natureza tanto na vida social quanto na econômica. Sua meta é que através desses princípios permeados pelo enaltecimento da cultura local, surjam formas alternativas de suprir as necessidades básicas da comunidade (alimento, vestuário, educação, saúde, moradia e energia), levando à comunidade se tornar auto-organizadora e auto-suficiente do Estado.

Para orientar suas práticas, a comunidade dispõe de um laboratório social aonde se dedicam em estudar formas de como atenuar os impactos causados pelo processo de globalização e da cultura hegemônica. De tal modo, reativam as economias locais baseados na mínima entropia e utilização dos recursos por meio de sistemas sustentáveis, tais como: agricultura orgânica, reciclagem de água e de resíduos, assim como de energia renovável, a fim de chegar a um estado de equilíbrio dinâmico.

A comunidade foi idealizada pela norte-americana Susan Andrews, que mora no Brasil há 16 anos. Ela é psicóloga e antropóloga formada pela Universidade de Harvard, fundadora e coordenadora do FIB no Brasil

O termo FIB (Felicidade Interna Bruta), foi criado pelo rei do Butão, Jigme Singye Wandchuck em 1972 como uma contraposição ao PIB (Produto Interno Bruto), este se baseia na soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, dessa maneira, apontava o país, no caso, Butão como miserável. Sendo assim o rei decidiu criar um indicador econômico condizente com a cultura budista do país.

O FIB nasce com a intenção de agregar simultaneamente valores materiais e imateriais fundamentada em quatro pilares: a promoção de um desenvolvimento socio-económico dinâmico e igualitário, a preservação e a promoção dos valores culturais, a conservação do meio ambiente natural e o estabelecimento de uma governança igualitária.

Em sua estadia no Butão, a Susan Adrews teve contanto com os fundamentos do FIB e seu retorno ao Brasil em 1992, funda a comunidade

Visão do Futuro, baseados com princípios do FIB e viabilizados pela filosofia progressiva da utilização do mestre indiano Prabhat Rainjan Sarkar.

Segundo este mestre indiano, a filosofia progressiva da utilização entende que as coisas direcionadas ao progresso devem conduzir ao bem-estar humano, pois o progresso material só é plenamente benéfico quando ele propicia o bem-estar da sociedade e favorece o progresso mental e espiritual. Em geral, a palavra progresso está associada à melhoria do conforto material, ou à modernização tecnológica. Contudo, não se quer dizer com isso que o progresso material deva ser desprezado, simplesmente, é necessário reconhecer que o verdadeiro progresso não pode ser alcançado apenas na esfera física.

Atividades sustentáveis

“ Um forasteiro da cidade grande chega numa localidade do interior e avista um morador descansando numa rede. Ele se aproxima e inicia a seguinte conversa:

- *Amigo, o senhor não se envergonha de estar nessa rede enquanto há tanto trabalho pra fazer?*
- *Que trabalho?-responde o homem da região*
- *Semear a terra, por exemplo.*
- *Pra quê?*
- *Ora, pra que a plantação dê frutos*
- *Pra quê?*
- *Para que os frutos possam ser vendidos*
- *Pra quê?*
- *Pra ganhar dinheiro*
- *Pra quê?*
- *Para poder semear novamente.*
- *Pra quê?*

- *Para ganhar mais dinheiro ainda- responde o forasteiro já perdendo a paciência.*

- *Pra quê?*

- *Pra ficar rico*

- *Pra quê?*

- *Para ter um futuro tranqüilo e poder descansar em paz - responde aliviadamente o forasteiro*

Então o morador pergunta:

- *E o que é que estou fazendo?*

(Anekdota de autoria desconhecida)

Para proporcionar um modelo prático de uma vida social e economicamente equilibrada, a comunidade oferece a mesma estrutura de uma cidade moderna: energia elétrica, vestuário, saneamento básico, alimentação dentre outros, entretanto com meios alternativos que promovam a uma atividade sustentável. Abaixo estão elas:

Agricultura orgânica:

A auto-suficiência na alimentação é alcançada por meio de uma agricultura orgânica extensiva, que provê todas as necessidades nutricionais da comunidade e comercializa na área circunvizinha, gerando assim emprego para a população rural.



Figura 2. Agricultura orgânica. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Padaria:

A padaria produz itens orgânicos e integrais para o consumo da comunidade e do bairro vizinho, o que também gera emprego para as pessoas locais.

Plantas medicinais:

A horta de plantas medicinais (em forma de mandala, ou geometria sagrada), assim como o laboratório, produz artigos naturais como xampus, sabonetes, e cosméticos, para o uso da população local e para comercialização, gerando mais empregos para as mulheres do bairro. O laboratório também produz chás medicinais, contribuindo para a auto-suficiência em remédios da comunidade.



Figura 3. Plantas medicinais. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Vestuário:

Um centro de costura, usando máquinas de costura e tecidos doados, oferece treinamento para as mulheres locais aprenderem a produzir as necessidades de vestuário de suas famílias, e peças simples de roupa para serem vendidas, aumentando assim a renda familiar.

Energia alternativa:

Um sistema integrado de energia renovável, incluindo-se luz solar (produzido por painéis fotovoltaicos), aquecimento solar de água, e bombas de água ativadas por energia solar e cata-ventos.



Figura 4. Energia renovável- Cata-ventos. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Reciclagem de lixo e água:

Os resíduos orgânicos da comunidade são reciclados na compostagem para a horta orgânica e a água do esgoto é tratada num sistema biológico de tratamento, a “zona das raízes”, que recicla toda a água usada domesticamente (incluindo dos banheiros) para irrigação.



Figura 5. Sistema de raízes. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Captção de água da chuva:

Os ciclos naturais hidrológicos são restaurados através de numerosos açudes que captam a água da chuva para máxima utilização da mesma. Esses açudes são cercados por plantações de “mata ciliar” para conservar a água.



Figura 6. Açude para captação da água. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Tratamento biológico de água:

O esgoto doméstico é limpo através de um sistema biológico de tratamento, no qual o esgoto é lançado para uma zona de raízes que limpam e evitam a liberação de odores. Após a limpeza, a água é reutilizado para fins domésticos.



Figura 7. Tratamento biológico da água. Fonte: www.visãofuturo.org.br

Educação:

Na Creche CreSer as crianças oriundas da zona rural de Porangaba, participam do projeto de educação ambiental, aonde aprendem não apenas a ler, escrever e contar, mas também a auto-motivação, dignidade, valores éticos, criatividade e uma atitude de amor para com todos os seres.

Por falta de recursos, atualmente essa atividade não funciona.

Desenvolvimento humano:

São oferecidos cursos e seminários ministrados por personalidades competentes ao assunto relacionado ao desenvolvimento integrado do ser humano – nos planos físico, mental e espiritual. Esta atividade é principalmente procurada por docentes e empresários, mas qualquer interessado pagante pode participar.

Saúde corpo e mente – AYURVEDA:

Um Centro Ayurvédico, “Centro Ananda”, foi estabelecido para promover tratamentos alternativos da milenar ciência de saúde da Ayurveda (a “Ciência da Vida”).

Os tratamentos são focados em massagens com óleos e plantas medicinais, uso de especiarias e de ervas na alimentação e orientações alimentares e de rotina diária.

Essas plantas são provenientes da horta medicinal e o óleo para massagem é feita em um laboratório local, por meio da extração substancial dessas plantas.

Ambos são desempenhados por profissionais da cidade de Porangaba, contratados pela economia solidária.

Arte:

Consciência e Amor são os princípios fundamentais que norteiam a arte. Através da proposta: "Arte para serviço e bem-aventurança", realizada pela

Companhia de Teatro VerDeImprovise, as peças, rituais e vivências artísticas são oferecidos em cursos ou oficinas para as jovens e crianças do bairro, no qual tentam explorar o ser humano na sua essência: sua natureza divina.



Figura 8. Um cantinho de arte. Fonte: CASSEMIRO, P.F

Além dessas atividades, a comunidade oferece cursos de Biopsicologia ou Ayurveda, que podem ser avulsos (feitos nas dependências da comunidade) ou em parceria com algumas faculdades particulares. *(mais detalhes em anexo)*.

Biopsicologia:

São técnicas baseadas no controle sistemático de glândulas endócrinas e dos centros psíquicos que as energizam. Acredita-se que essa técnica é capaz de gerar a saúde integral do ser humano: biológica e psíquica. São no total oito módulos (um módulo por semana), sendo que cada um custa R\$370,00.

Ayurveda:

A ayurvéda em sânscrito significa; ayur (vida) e veda (ciência), logo ciência da vida. Trata-se de uma medicina milenar hindu desenvolvida na Índia para atender sua grande população pobre, pois se baseia em princípios simples e sem custo.

As pessoas são vistas como parte integrante do seu habitat, não como uma entidade separada do mundo natural, portanto acredita-se que através do equilíbrio natural dentro do corpo e da harmonia com o meio ambiente, pode-se alcançar a cura das doenças ou mesmo evitá-las.

Os tratamentos são focados em massagens com óleos e plantas medicinais, uso de especiarias e de ervas na alimentação e orientações alimentares e de rotina diária.

Este curso tem o mesmo custeio e duração do anterior.

Por fim, todos os projetos são gerados cooperativamente, as decisões tomadas coletivamente e os recursos financeiros compartilhados equitativamente para um total de 14 moradores.

Para melhor compreender quais são as finalidades dessas atividades, como também dos cursos, abaixo estão alguns dos objetivos da comunidade, retirados do site oficial:

- Promover o desenvolvimento integral do ser humano, físico, mental e espiritual;
- Estimular valores éticos, cooperativos e comunitários, especialmente empatia e amor;
- Desenvolver uma nova educação integrada que atualiza todas as potencialidades do ser humano; físico, sensorial, intelectual, emocional, criativa, intuitiva e espiritual;

- Pesquisar e disseminar práticas milenares de transformação e elevação de consciência, facilitando o processo de autorealização;
- Treinar multiplicadores e desenvolver uma rede de parceria e cooperação;
- Pesquisar a Bioeconomia, modelo socioeconômico baseado nos princípios operacionais da natureza e formar unidades socioeconômicas autosustentáveis e autorganizadoras;
- Conscientizar a sociedade humana do valor existencial de todos os seres humanos da natureza, popularizando assim, uma “ecologia profunda” que protege o meio ambiente.

Capítulo II –

A abordagem deste capítulo consiste em compreender se a comunidade em questão busca alternativas por ter ficado à margem do processo socioeconômico, ou se ela se exclui para construir uma nova realidade que correspondam a suas expectativas.

Reflexões sobre o sistema de autogestão

Ao observar e refletir sobre a conjuntura do mundo ressalta aos olhos as imensas contradições sociais provocadas pelo atual sistema econômico, no entanto, partindo do fato de que existem atualmente diversas comunidades ditas autogestionáveis ao longo do território brasileiro, que propõe um modelo prático de desenvolvimento social integrado a uma vida economicamente equilibrada, surge uma questão: talvez o mundo esteja presenciando a possibilidade de uma nova forma de organização socioeconômica.

Deste mesmo modo, a comunidade em estudo adota uma lógica organizacional social atípico, cujo padrão de vida foge da qual estamos acostumados.

“O tesouro da humanidade está na sua diversidade criadora, mas a fonte de sua criatividade está na sua unidade geradora”.
(MORIN, 2003, p.66).

Em torno desta realidade, emerge algumas questões: como é possível dentro de um território nacional, de estrutura capitalista, surgir no seio da capital econômica do país, uma comunidade independente? As atividades exercidas são capazes ou suficientes para promover sua suposta auto-gestão? Quais são os reflexos sociais e econômicos no território da qual está inserida?

Esta comunidade é uma consequência do atual sistema capitalista excludente ou uma busca de uma alternativa por descrença do mesmo? Estamos passando realmente por um processo de mudança nas concepções de desigualdade e mobilidade social?

A peculiaridade da comunidade, desperta um interesse em estudá-la a partir de uma leitura geográfica multidimensional. Não se pretende enaltecer essa comunidade, mas sim fazer um estudo pressupondo uma leitura geográfica e observação participativa a fim de afugentar possíveis interpretações errôneas e chegar numa explicação coesa com a realidade abordada.

Pensando na comunidade.

Quando se estuda o espaço geográfico é possível atingir uma concepção que ultrapassa as fronteiras do ecológico e abranja toda a problemática social, sobretudo, a fim de ter afugentar concepções pré-estabelecidas, é imprescindível considerar o sistema capitalista como produtor deste espaço.

O Sistema Capitalista se baseia na relação entre dominadores e dominados, sendo quem domina detêm o poder de dominação e a dominação do poder, sendo estes, agentes produtores do desenvolvimento social desigual.

A combinação das desigualdades sociais é inerente para o desenvolvimento capitalista, conforme ele se realiza, produz o desenvolvimento desigual e reproduz as desigualdades sociais.

"O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados" (SMITH, 1988, p.221).

O Estado disponibiliza as infra-estruturas em seu território e muito embora, as infra-estruturas existam praticamente em todo espaço urbano, a

sua ocupação se materializa de acordo com as relações sociais vigentes, assim como afirmava (VILLAÇA *apud* HARVEY, 2001, p.22) “O domínio do espaço sempre foi aspecto vital da luta de classes”.

Em busca de vantagens locacionais (comércio, transporte, saneamento básico e infra-estruturas em geral); a classe dominante procura ocupar o centro urbano, denotando que a esfera do interesse privado é autônoma em relação à do interesse público.

(...) o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. (OLIVEIRA, 1998, p.40).

Para minimizar os impactos sociais inerentes desta ocupação espacial, o Estado deve assumir o papel de regulador, ou seja, deve garantir o bem-estar mínimo e gratuito à população remanescente (assistência médica, saneamento básico, educação, auxílio ao desempregado, renda mínima etc), simultaneamente, ele deve garantir as infraestruturas em seu território, mesmo significando o desenvolvimento social desigual.

Ao passo que o espaço vai se realizando, vai reproduzindo suas relações sociais, cabe o Estado oferecer as condições básicas, sucintamente, as condições básicas existirão, mas apropriadas de forma irregular e aos que ficaram à margem desse processo, receberão bem-estar mínimo.

Dessa forma, entende-se que as atividades sustentáveis da Comunidade Visão Futuro, não são para suprir as necessidades básicas dos seus moradores por falta das mesmas, mesmo porque a origem do lugar surgiu de forma voluntária. O que ocorre é a busca por práticas que contemplem seus objetivos, que são o de gerar um desenvolvimento social com a menor entropia possível.

Para isso, a comunidade se baseia em outro princípio econômico: a Bioeconomia, isto é, aplicar os princípios operacionais dos sistemas biológicos da natureza tanto na vida social quanto na econômica.

A fim de promover um desenvolvimento socioeconômico sustentável e não colocar em risco as perspectivas futuras, a Bioeconomia busca modelos alternativos para explorar seus recursos. Assim, adotam alternativas baratas e ecológicas que concomitantemente não prejudicam o meio ambiente e podem estar ao alcance de qualquer pessoa devido a simplicidade das atividades. Por fim, podem possibilitar um desenvolvimento social e econômico integrado, diferentemente do oferecido pelo Estado.

Todavia, a incorporação do ambientalismo às ciências sociais pode outorgar mais centralidade à operacionalização e a tecnificação dos conceitos relacionados à sustentabilidade.

" O homem vai impondo à natureza suas próprias formas, a que podemos chamar de formas ou objetos culturais, artificiais, históricos. Estes objetos culturais fazem com que a natureza conheça um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas, mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada(...) A natureza se socializa e o homem se naturaliza" (SANTOS, 1988, p.89).

Quando a Bioeconomia se apoia unicamente na tecnificação da natureza, perde o caráter da sua proposta inicial, porque ao deixar de lado os processos sociais em curso, ela torna-se em um mero instrumento científico para a exploração da natureza, o que leva a pensar que é mais um caso de capitalismo que se utiliza da ciência ambiental na busca de vantagens econômicas, embora encoberto sob argumentos e referências ecológicas. Além disso, o Capitalismo já demonstrou inúmeras vezes uma capacidade contumaz e duradoura de reinventar-se, acomodando-se às críticas e cooptando-as à sua lógica. É a própria lógica do sistema capitalista transfigurada ao discurso ecológico; assim sendo: eco-lógico.

Discutir o modelo capitalista não é o objetivo central desta pesquisa, contudo, torna-se relevante destacar a lógica que engendra este sistema, já que se manifesta claramente nos interesses dos agentes produtores de espaços.

No caso da comunidade, as técnicas são aplicadas de maneira mais sustentáveis possíveis e mesmo que se atentassem puramente à tecnificação, eles possuem o FIB para fiscalizar todas as variáveis.

Ao escolher métodos sustentáveis e o FIB, a comunidade consegue atingir a proposta da Bioeconomia em sua totalidade, tornando a Visão Futuro, uma comunidade equilibrada entre o social e o econômico, fazendo dela um verdadeiro laboratório social.

Além disso, os moradores entendem a comunidade como um princípio espiritual, que levará a um comportamento social justo, sendo eles protótipos e disseminadores de um novo modelo de vida.

Essas práticas estão contidas em suas teorias, e estas estão condensadas em seus cursos e visitas com valores acessíveis a um público restrito, fazendo desde já uma pré-seleção, tornando-os incoesos com o objetivo de propagar a todos seu modelo social e econômico, uma vez que se estipula preços, se seleciona público. Além disso, os cursos e suas técnicas ecológicas são de origem popular, feita justamente para os menos favorecidos monetariamente.

“Não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso” (HARVEY, 2005, p. 222).

Muito embora esse dinheiro seja retornado equitativamente para o sustento e manutenção do modelo de vida dos moradores da comunidade, eles geram dependência extra-comunidade. Entretanto, adotam a filosofia progressiva da utilização a qual afirma que o progresso material não deve ser desprezado desde que conduza ao bem-estar humano, pois todo progresso material só é pleno quando ele propicia o bem-estar da sociedade e favorece o progresso mental e espiritual.

É contraditório, por parte da Economia predominante, supor que a elevação da qualidade de vida baseia-se na materialidade social, principalmente quando a Economia entende que a felicidade das pessoas é fator qualidade social (FIB).

Ainda que esta filosofia permita a materialidade social para que o desenvolvimento da comunidade se proceda de forma sustentável, não se pode deixar de observar que seu desenvolvimento ocorre de forma contraditória, pois enquanto que elevam o patamar civilizatório, subordinam a estrutura de classes da sociedade da qual é reflexo.

Quando o poder aquisitivo vira pré-seleção para gozar de certos benefícios, indica que na comunidade há um reflexo continuado da estratificação social inerente do espaço geográfico. O fator de maior relevância não está na geração de materialidade social, mas sim que ela surge como resultado das vantagens do poder de compra delimitado pela classe social. O que leva a pensar que as vantagens de uma ecovila limitam-se a um modo de vida individual e seus cursos não são para propagar um modelo de vida interno de vida, mas financiá-lo.

“ (...) embora a singularidade e a particularidade sejam cruciais para a definição de qualidades especiais, o requisito relativo à negociabilidade significa que item algum pode ser tão único ou tão especial, que não possa ser calculado”. (HARVEY, 2005, p. 223).

Ao se criar um sistema econômico dentro de um já existente, não é possível impedir os reflexos do existente sob o novo. Do mesmo modo ocorre com a comunidade, mesmo embasada em teorias e práticas, ambos os modelos dialogam: afastando-se quando buscam uma medida para transformar a realidade e unindo-se quando a condição para a transformação é o financiamento externo. Portanto, há uma correlação entre eles, sendo o coeficiente desta correlação o próprio ponto de covariância, que segundo (SANTOS, 1996, p.73) “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”

Ao considerar os modelos indissociáveis, deve-se levar em conta, que ambos são causa e consequência dos processos geográficos em questão; por um lado, o modelo capitalista gerado pela desigualdade social e pela degradação do meio ambiente, desperta o interesse em procurar um outro espaço mais sustentável (causa), levando o surgimento da comunidade

(conseqüência), que é mantida por meio da materialidade social, mas sobretudo para a preservação e continuidade das mesmas (causa e conseqüência).

Mesmo vivendo em uma pseudo autogestão, eles geram territorialidade, visto que, as relações sociais só se materializam e se reproduzem no espaço, quando geram relações de poder, no caso deles, o próprio conhecimento.

Segundo (SANTOS, 2001, p.10), “o território é espaço apropriado e utilizado pelo homem, em busca de vantagens tecnicoinformacionais”. Sendo a criação de territórios resultados dos processos políticos e econômicos das cidades, no qual a vantagem tecnicoinformacional age como fator de atração espacial. Todavia, deve-se ressaltar que o espaço ao se produzir, reproduz também suas próprias contradições, sendo assim, ao passo em que ele age de forma centrípeta (territorializando), age também de forma centrífuga (desterritorializando) e a reacomodação desses indivíduos ocorre por meio da reterritorialização.

Dessa forma, a criação de territórios é representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização.

“ A globalização tende a desenraizar as coisas, as pessoas e as idéias. Tudo tende a desenraizar-se: mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, projeto, publicidade, tecnologia. Assim, se desenvolve o novo e surpreendente processo de des-territorialização, uma característica essencial da sociedade global em formação. (IANNI,1995, p. 59).

A reterritorialização não corresponde mais aos mesmos mecanismos de ocupação urbana tidas nos processos anteriores, podendo estar ligada ou não, ao processo de desterritorialização, isto é, pode ser a reacomodação dos indivíduos devido à desterritorialização ou pode surgir de forma espontânea, vide aos condomínios residenciais fechados.

De uma forma ou de outra, os indivíduos quando se reterritorializam, buscam novos padrões de vida, recriando espaços. Ao ficarem disjuntos das infra-estruturas dispostas pela malha urbana, não mais procuram vantagens

tecnicoinformacionais como no processo de territorialização. Ao contrário, aglomeram-se de acordo com alguma identificação, seja ela social ou ideológica, uma vez que terão que recriar os espaços e estes precisa ser comuns. Enquanto a territorialização gera vantagens individuais levando ao processo de desterritorialização, a reterritorialização traz benefícios coletivos, promovendo a territorialização.

Quando os espaços são socialmente produzidos mediante a traços comuns, as relações sociais se materializarão no espaço, entretanto tal critério pode também ser fator de segregação e antes o que era fator de atração, torna-se fator de repulsão e, conseqüentemente gera a territorialidade. Assim, a reterritorialização é inversamente proporcional ao processo de territorialização.

Partindo do pressuposto de que a localização da comunidade foi decorrente do processo de reterritorialização espontânea, assim como a instalação dos seus moradores no local ocorreu devido a uma identificação ideológica (Busca de novos padrões de vida por descrença dos mesmos), trata-se então, de uma autosegregação. De acordo com o HAESBAERT (2004):

“auto-segregação são os aglomerados de exclusão, uma espécie de “amontoados”, que surgem por meio da territorialização-desterritorialização-reterritorialização, levando, a dimensão espacial desses processos, como as mais extremas das formas de exclusão social”.

Como também:

“A auto-segregação é um aspecto que dá novas formas de *habitat* urbano e caracterizam-se pelo estabelecimento de uma vida privada e de uma vida social exclusiva”. (VILLAÇA,2001, p. 35).

O iminente processo de autosegregação, é evidenciado pela reterritorialização, surge portanto, como produção sócioespacial mantida por formas organizadas de territórios, com infra-estruturas autônomas, fortalecidas pela reafirmação de regionalismos e o impedimento do livre acesso das pessoas através de barreiras/fronteiras..

“A mundialização, paradoxalmente, tem alimentado também a retomada de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores [...] a velocidade dos fluxos e a simultaneidade proporcionada pelo progresso técnico não implicam obrigatoriamente, a superação de uma reterritorialização diferenciadora e ressingularizante. [...] A desterritorialização que ocorre em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala [...]” (HAESBAERT, 2004, p. 132- 133).

A segregação social está para desterritorialização, assim como, a reterritorialização está para a autosegregação. Paradoxalmente, o fator identificação dos moradores que os fizeram se segregar, gerando a desterritorialização é o mesmo que os fizeram se reterritorializar, gerando a autosegregação.

A autosegregação é inerente deste tipo de organização sócioespacial, e a sua manutenção uma vez visada na materialidade social, depende dos indivíduos de fora por meio da comercialização do conhecimento, portanto, os cursos não precisam ter valores acessíveis, gerando territorialidade,.

Por fim, a reterritorialização desse tipo de organização sócioespacial autosegregadora, produz territorialidade, sobretudo reproduz o mesmo sistema de segregação territorial, embora aconteça em micro escala e de forma ecológica. Ou seja, a sua desterritorialização gerada por meio reterritorialização serve apenas para manter outro padrão de vida autosegregador.

Os processos são concomitantes: a economia se multilocaliza na medida em que se difundem novos territórios, e as conexões entre os modelos, se relativizam quando há o controle das fronteiras, em outras palavras, é o globalismo localizado, o localismo globalizado, gerado principalmente pela mercadorização do conhecimento popular.

Atualmente a globalização é o estágio máximo do capitalismo, exacerba as desigualdades sociais e a degradação do meio ambiente, um dos resultados é a desterritorialização sucessivamente a reterritorialização e esta quando é espontânea e autosegregadora, pode manter seu sustento por meio da comercialização da cultura.

Quando a cultura representa territorialidade e reproduz o sistema capitalista em micro escala, segundo (HAVERY, 2005, p. 232); trata-se de “um capital simbólico coletivo, no qual o marco de distinção baseia-se nas rendas monopolistas transformando a cultura como commodities”.

“Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e práticas ambientais especiais, incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos? Todas essas alegações, são tanto resultado das construções discursivas como dos conflitos baseados em fatos materiais”. (HARVEY, 2005, 233)

Enquanto a teoria estiver subordinada à prática, o conhecimento será interpretação científica da realidade e a Bioeconomia, será apenas uma esfera de realização individual.

Diante de tantas complexidades e contradições, pode-se afirmar que eles cumprem com a proposta da Bioeconomia, mas falham quando geram territorialidade, impedindo a sua propagação (entendida como objetivo da comunidade), levando a entender que seu modelo sócioeconômico, limita-se à comunidade Visão Futuro.

“Localidades e regiões não são entidades econômicas limitadas, cujo desempenho possa ser reduzido às suas firmas e ambiente microeconômico no qual operam. Entendê-las assim é criar um discurso reduzido sobre os caminhos para o bem estar regional, no qual os lugares ficam encerrados em círculos de comportamento competitivo cada vez mais intenso, em áreas de atividade estreitamente definidas, para sobreviver em um mundo globalizado” (WELL e BRISTOW, 2007, p.207).

Capítulo III-

A abordagem desse capítulo consistirá em compreender quais são os possíveis caminhos que a comunidade poderia tomar para minimizar as incoerências (tratadas no capítulo anterior) e máximizá-las a sua potencialidade.

Considerações gerais

“A importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar seus elementos centrais, suas virtudes locais de modo a compreender suas possibilidades de interação com as outras localidades”. (SANTOS, 1996, p. 273).

Embora as práticas da comunidade Visão do Futuro sejam sustentáveis, a sua manutenção gera um funcionamento inverso à lógica pretendida por eles, levando-os a produzir e reproduzir em micro escala, o sistema vigente, sendo o ponto de transmutação: a territorialidade.

Sendo assim, todas as práticas bioeconômicas de fato produzem uma autonomia na comunidade, mas a permanência da mesma depende (ainda) da mercadorização do conhecimento. Este fator é gerador de territorialidade e desencadeador de todas as incoerências, limitando sua propagação ao mesmo tempo em que sustenta a comunidade, portanto a comercialização do conhecimento ainda é necessária.

Dessa forma, ela precisa criar territorialidade, para isso comercializa a sua cultura, e desencadeia todas as incoerências paradoxais aos objetivos, denotando que suas práticas são apenas pra si.

Contudo, considerando isso inevitável e tentando emergir a prática condizentes com os objetivos, percebe-se que a problemática não está na mercadorização, mas sim em como se mercadoriza.

Visto que de alguma forma o conhecimento chega a uma parcela da sociedade e adotando a filosofia progressiva da utilização, que diz “não há problemas em possuir materialidades, desde que consiga trazer algum progresso”, veremos que o desencadeador de tudo está em tratar o conhecimento como mercadoria de escassez, pois é ela que cria territorialidade, segundo Paulo Roberto da Silva (2006, pg. 69):

“A teoria econômica predominante estimula as necessidades humanas e as considera ilimitadas. Isso é lógico porque o crescimento do conjunto de necessidades torna os recursos econômicos mais escassos, conferindo mais poder aos seus detentores. Sobre esse assunto, Rosseti (2000, pg. 209), estudioso da Economia predominante, afirma que: “(...) O progresso não elimina necessidades. Contrariamente, ele renova as antigas e cria outras”.

E complementa, na página 210, da seguinte forma:

“(...) Como C. Gide já observava no início do século, em seu *Cours d'économie politique*, as necessidades humanas ampliadas são a maior motivação da atividade econômica. “A logicidade da economia fundamenta-se no atendimento das novas aspirações humanas. Mesmo porque civilizar um povo nada mais é do que despertá-lo para necessidades novas” – concluía o mestre francês”.

Portanto, se o tratassem como produto de abundância, os itens tornariam-se mais facilmente negociáveis, menos únicos, logo mais acessíveis, podendo chegar à população remanescente. Dessa forma, eles se tornariam um modelo socioeconômico capaz de transformar e finalmente estariam condizentes ao seu objetivo.

Desde a apresentação de *Nosso Futuro em Comum* (WCED, 1987), ‘desenvolvimento sustentável’ tornou-se um conceito chave em políticas relacionadas ao meio ambiente, anunciando uma consciência bem mais ampla

de que, em longo prazo, os lugares deveriam adjudicar-se para um desenvolvimento mais sustentável. (OECD, 2006; Millennium Ecosystem Assessment, 2005).

A aplicação desses conceitos podem também ser implementadas em nível nação, uma vez, que oferecem mais vantagens econômicas e ambientais. Entretanto, a sua aplicabilidade fica bloqueada por políticas do Estado, que segundo (GOULDSON e MURPHY, 1997, p. 80):

“A forma de adaptação ou de mudança institucional exigidas para instituir o desenvolvimento sustentável, não se enfrentam as barreiras à implementação da modernização ecológica, o que é visto como uma falha do Estado, pela qual ‘a política fica bloqueada a uma abordagem reativa e padronizada, mesmo que políticas mais proativas estejam disponíveis e ofereçam vantagens econômicas e ambientais”.

A facilidade da comunidade estudada em implementar conceitos de sustentabilidade, denota que esta realidade pode ser possível, como também, a única barreira que existe para a aplicabilidade em nível-nação são de fato as políticas do Estado.

Levando em conta o iminente processo de reterritorialização e a busca destes por um desenvolvimento sustentável, entende-se que tais noções apresentadas em *Nosso Futuro em Comum*, serão por enquanto, mais facilmente assimiladas por esta nova tendência de organização socioespacial. Por isso, a comunidade é um verdadeiro laboratório social, bem como, o seu conhecimento não pode ficar restrito, e deve ser tratado como produto de abundância.

No entanto, como já visto, esta tendência socioespacial, pode desempenhar a mesma função anterior, pois o processo de reterritorialização é realizado ao mesmo tempo com manutenções e contradições às adaptações ao novo meio.

Dessa forma, quando se define a inserção dos lugares em uma rede no qual as relações humanas valorizam a singularidade em meio à totalidade, deve-se maximizar suas potencialidades locais, assim como valorizar a multiplicidade cultural, sendo por meio de espaços múltiplos locais, ligados num movimento mais amplo.

O problema para o capital é achar meios de cooptar, subordinar, mercadorizar e monetizar tais diferenças, o que tornará esses espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo à globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chaves do capital em vez do contrário.

Com tudo e não contudo, é necessário que essa nova tendência esteja condizente com a realidade, necessitando de contínuos estudos, senão cairão em um “mundo paralelo”, e todos seus esforços serão apenas para a autorrealização utópica. Necessitam não apenas se manter, mas sim divulgar, sobretudo compartilhar e por fim, desejo que a comunidade Visão Futuro, seja mais do que vislumbrar o Futuro, e sim uma Visão Presente para todos.

“A compreensão não desculpa nem acusa: pede que se evite a condenação peremptória, irremediável, como se nós mesmos nunca tivéssemos conhecido a fraqueza nem cometido erros. Se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas”. (MORIN, 2003, p.100)

Referências bibliográficas:

GOULDSON, A.; MURPHY, J. **Ecological modernisation: restructuring industrial economies**. In: JACOBS, M. (Org.) Greening the millennium? the new politics of the environment. Oxford: Blackwell, 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **A Arte como renda: globalização e transformação da cultura em commodities**. In: *Desígnio: Revista de Arquitetura e do Urbanismo*. São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião–Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973.

MORIN, Edgar **O Método 3 - o conhecimento do conhecimento**. Trad. de Juremir Machado da Silva. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2003. 286 p. (La Méthode 3 - la connaissance de la connaissance, Editions du Seuil, 1986).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **As transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Prova de erudição apresentada para o concurso de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Geografia da USP).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo : Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: _____ (Org.) **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 141-174.

SILVA, Paulo Roberto da. **Consciência e Abundância**. 2 ed. Niterói, 2006.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual** – natureza, capital e a produção do espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988..

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

VISÃO FUTURO. Disponível em: <http://www.visãofuturo.org.br>

FELICIDADE INTERNA BRUTA. Disponível em:
<http://www.felicidadeinternabruta.org.br>

Anexo

Segue em anexo dois (2) panfletos referentes aos cursos oferecidos na Visão Futuro, contendo maiores detalhes sobre os cursos, datas, valores e as turmas.



INSTITUTO VISÃO FUTURO

Rod. Castelo Branco Km 162
Bairro do Matão
18260-000 Porangaba –SP

15-3257-1243 / 3257-1540 / 3257-1520
visaofuturo@visaofuturo.org.br
www.visaofuturo.org.br

CURSO MENSAL DE BIOPSIKOLOGIA

Estamos felizes de comunicar que o Curso de Biopsicologia é aprovado e reconhecido pelo MEC em 2012, em parceria com a FADITU, fará parte de uma Pós Graduação (junto com outros cursos oferecidos pelo Instituto). Para obter maiores informações entre em contato através do e-mail posgraduacao@visaofuturo.org.br.

Temos duas possibilidades para você selecionar de acordo com sua conveniência (Turma-1 e Turma-2), sendo realizadas nas seguintes datas:

TURMA 1

1º Mod. 03 e 04/03
2º Mod. 24 e 25/03
3º Mod. 21 e 22/04
4º Mod. 02 e 03/06
5º Mod. 04 e 05/08
6º Mod. 01 e 02/09
7º Mod. 29 e 30/09
8º Mod. 27 e 28/10

TURMA 2

1º Mod. 10 e 11/03
2º Mod. 31/03 e 01/04
3º Mod. 05 e 06/05
4º Mod. 16 e 17/06
5º Mod. 04 e 05/08
6º Mod. 01 e 02/09
7º Mod. 29 e 30/09
8º Mod. 27 e 28/10

INSCRIÇÃO:

- Início das inscrições a partir de 01/10/2011
- A garantia de sua inscrição é o pagamento da taxa de inscrição de 370,00 que ao mesmo tempo corresponde ao 1º módulo (No caso de desistência, este valor cobre despesas fixas e não será reembolsado)

VALOR DO INVESTIMENTO:

R\$ 370,00 por módulo, incluindo hospedagem e alimentação.

DATA E HORÁRIO DE CHEGADA

Os participantes deverão chegar na véspera do curso, a partir das 16 h até as 22 h. Chegadas antes do horário previsto, deverão ser comunicadas com antecedência e implicarão em pagamento de diárias extras.



INSTITUTO VISÃO FUTURO

Rod. Castelo Branco Km 162
Bairro do Matão
18260-000 Porangaba –SP

15-3257-1243 / 3257-1540 / 3257-1520
visaofuturo@visaofuturo.org.br
www.visaofuturo.org.br

CURSOS E TREINAMENTOS

Estamos felizes em comunicar que teremos uma agenda cheia para 2012, com novidades!

CURSO DE BIOPSIKOLOGIA E PARTE DA PÓS GRADUAÇÃO "CIÊNCIA CORPO-MENTE"

Biopsicologia Condensado - 1ª Etapa (Turma "A"): 03 a 09 de janeiro
Biopsicologia Condensado - 2ª Etapa (Turma "A"): 16 a 22 de janeiro
Biopsicologia Condensado - 1ª Etapa (Turma "B"): 02 a 08 de fevereiro
Biopsicologia Condensado - 1ª Etapa (Turma "C"): 02 a 08 de julho
Biopsicologia Condensado - 2ª Etapa (Turma "B"): 09 a 15 de julho
(Este curso pode ser avulso ou parte de uma Pós-Graduação)

CURSO PARA INSTRUTORES EM TANTRA YOGA

Módulo 1 - 16 a 21 de maio, "Tantra Yoga na Prática"

com Acharya Vishvarupananda, instrutor internacional de Hatha e Tantra Yoga de Washington DC, EUA, Germana Lucena e Susan Andrews do Instituto Visão Futuro

Módulo 2 - 10 a 16 de setembro, "Yoga Somático e Feldenkrais, Consciência pelo Movimento"

com Kaelash Neels, nutricionista, instrutor de Yoga, Feldenkrais e Ayurveda de Puerto Rico, Germana Lucena e Susan Andrews

Curso Avançado - 22 a 26 de maio "Tantra Yoga"

com Acharya Vishvarupananda, instrutor internacional de Hatha e Tantra Yoga de Washington DC, EUA (Para quem já fez a formação em Tantra Yoga acima)

PÓS-GRADUAÇÃO EM "SUSTENTABILIDADE INTEGRAL"

Módulo 1 – 09 a 15 de fevereiro

Módulo 2 – 26 a 29 de abril

Módulo 3 – 25 de junho a 01 de julho

Módulo 4 – 05 a 11 de novembro

(Os módulos deste curso estão abertos como cursos avulsos)

PÓS GRADUAÇÃO EM "EDUCAÇÃO PARA ÉTICA E INTERDEPENDÊNCIA"

Módulo 1 – 21 a 27 de fevereiro

Módulo 2 – 28 de abril a 01 de maio

Módulo 3 – 23 a 29 de julho

Módulo 4 – 11 a 17 de outubro

(Os módulos deste curso estão abertos como cursos avulsos)

CURSOS AVULSOS:

Bem-Estar e Felicidade: 17 a 20 de fevereiro

Para maiores informações sobre os cursos acima entre em contato (15) 3257-1243, 3257-1540 e 3257-1520, visaofuturo@visaofuturo.org.br e www.visaofuturo.org.br